

Carta de Repúdio as mudanças propostas para RAPS

Itanhaém, dia 13 de dezembro de 2017.

Nós, trabalhadores da Saúde Mental do município de Itanhaém/SP, manifestamos nosso veemente repúdio às propostas de modificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) nas quais se preveem a inclusão dos hospitais psiquiátricos bem como mantém comunidades terapêuticas na rede de atenção psicossocial, além de ressaltar a importância desses com maior alocação de recursos financeiros em detrimento dos serviços territoriais como os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS's).

Concordamos plenamente com a posição das entidades como Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), entre outras entidades de notória participação e construção da Saúde Pública e dos direitos humanos em nosso país que se opõe à política de saúde mental proposta.

Fica evidente com essas indicações de alteração da RAPS propostas pelo Coordenador Nacional de Saúde Mental, Quirino Cordeiro, que a intenção é enfraquecer e sucatear os CAPS's a favor da ampliação de serviços asilares. Historicamente, os hospitais psiquiátricos se constituíram como espaços de exclusão social e violação dos direitos humanos das pessoas em sofrimento mental, incluindo aquelas que sofrem em decorrência do uso de substâncias psicoativas ou não e em diferentes faixas etárias. As comunidades terapêuticas são espaços atualizados do mesmo modelo manicomial do qual se erigiu os hospitais psiquiátricos.

Acreditamos que somente é possível o cuidado na preservação dos direitos humanos das pessoas que sofrem e os CAPS's são serviços de saúde mental mundialmente reconhecidos (pela Organização Mundial de Saúde - OMS) que concretamente cuidam dos cidadãos em sofrimento psíquico garantindo seus direitos, o exercício pleno de cidadania e a efetiva reabilitação psicossocial. A abordagem psicossocial pautada pela liberdade construída nesses serviços em nosso município sempre foi legitimada e reconhecida pela Secretaria de Saúde municipal, tanto que esta ampliou a rede de atenção à saúde mental há seis anos com a implantação de outros dois CAPS's (um CAPS infanto-juvenil e outro CAPS Álcool e outras Drogas) com funcionamento intersetorial.

Portanto, exigimos que tais propostas sejam reprovadas pela reunião da Comissão Intergestora Tripartite (CIT) de 14/12/2017, e reivindicamos que qualquer debate sobre a Política Nacional de Saúde Mental ocorra de maneira ampla, democrática e referendada pelo controle social.

Por uma sociedade sem manicômios,

Trabalhadores de Saúde Mental do município de Itanhaém/SP